



Assembleia Municipal de Monchique

ACTA N.º 06 / **200** 7

SESSÃO ¹ ORDINÁRIA **REALIZADA**

NO DIA 28 **DE** DEZEMBRO **DE 200** 7

¹ Extraordinária ou ordinária conforme os casos

Acta número 6/2007

Acta da sessão ordinária da Assembleia Municipal de Monchique realizada no dia 28 de Dezembro de 2007.-----

Aos 28 dias do mês de Dezembro do ano de 2007, pelas 21h15, nesta vila de Monchique, no edifício dos Paços do Município e Salão Nobre da Câmara Municipal de Monchique reuniu ordinariamente a Assembleia Municipal de Monchique em sessão apazada para as 21h00 desse dia, com a seguinte Ordem de Trabalhos:-----

Ponto um: Apreciação de uma informação escrita do Presidente da Câmara acerca da actividade do município bem como da situação financeira do mesmo;-----

A Assembleia foi presidida pelo seu Presidente, Fernando Reis Luís e secretariada por Mário Manuel Papuchinha David, Primeiro Secretário da Mesa e por José Alves Francisco, por indicação do Presidente da Assembleia Municipal, que não mereceu objecções da parte do Plenário, em substituição do Segundo Secretário, ausente desta sessão.-----

Esteve presente o Presidente da Câmara Municipal de Monchique, Carlos Alberto dos Santos Tuta.-----

Assistiram à sessão os vereadores do PSD, António José de Jesus dos Santos Francisco e Rui Patrício dos Ramos Andrez.-----

Pelas 21h15 o Primeiro Secretário da Mesa procedeu à verificação e registo das presenças e das faltas. Encontravam-se presentes, para além dos mencionados, os seguintes membros:-----

Do PS: José Manuel da Silva Furtado, Maria da Graça Moreira da Silva Mira, Carlos Bruno Correia de Almeida, António José Conceição Pedro Rodrigues Páscoa, António Silvestre da Silva Nunes e Nuno Miguel Branco Guerreiro; **do PSD:** Fernando António Andrez Várzea, Rui Miguel da Silva André, Francisco José Martins Freitas, Paulo Alexandre Duarte Rosa, Luís Filipe de Carvalho Grade e Paulo Jorge Martins Teodoro.-----

O Presidente da Mesa, verificando que havia quorum declarou aberta a sessão.-----

Pelas 21h24 deram entrada na sala os membros Arsénio Manuel Marques Veiga Medronho e Maria da Graça Cerro Batalim da Mota, passando desde este momento a integrar os trabalhos da sessão.-----

Votação da acta da sessão extraordinária da Assembleia Municipal de Monchique realizada no dia 26 de Novembro de 2007.-----

O Presidente da Mesa solicitou a dispensa da leitura da acta da sessão

extraordinária número 5/2007, realizada em 26 de Novembro de 2007, que fora atempadamente enviada aos membros para apreciação, junto à convocatória para a presente sessão, tendo também questionado o Plenário por eventuais objecções ou comentários ao conteúdo da mesma.-----

O membro Rui André referiu que, relativamente a uma sua intervenção em que ficou escrito *'prosseguiu a sua intervenção lendo um texto que se transcreve'*, o correcto seria: *'prosseguiu a sua intervenção dizendo o seguinte'*, porquanto a leitura que fizera fora apenas de apontamentos e não de um texto. Relativamente a outro excerto da mesma intervenção ficou registado: *'[...]pela política anti-social deste Governo e pelos impostos governamentais. Portanto têm defraudado todos os que vivem do seu salário[...]*' e o que dissera efectivamente foi: *'[...]pela política anti-social deste Governo e pelos impostos governamentais que tanto têm defraudado todos os que vivem do seu salário[...]*. Onde se lê : *O executivo parece-me que está no mesmo* deverá estar: *'o executivo é o mesmo'*. Ainda na mesma intervenção: *'Se as pessoas mudam de opinião se calhar viveram um período oprimidos; se calhar agora podem manifestar a sua posição'* deverá ser: *'Se as pessoas mudam de opinião se calhar viveram um período oprimidos e se calhar agora podem manifestar a sua posição'*. Por fim disse que gostaria que a transcrição: *'[...] e gostaria que estas se estendessem à população e à terra [...]*' se lesse: *'[...] e gostaria que estas se estendessem à população e à Terra [...]*'.-----

O membro Fernando Várzea referiu que a sua intervenção transcrita: *'[...]agravado isto pelas circunstâncias da vivência dos munícipes de Monchique, seja pelas intempéries, seja pelos incêndios seja pela iniciativa política do Executivo que os tem governado há todos estes anos.'*, deveria ter sido transcrita: *'[...]agravado ainda pelas circunstâncias decorrentes das intempéries, seja pelos incêndios que os monchiquenses têm sofrido, seja pela reduzida iniciativa política do Executivo que nos tem governado há todos estes anos.'*. Também a transcrição da sua intervenção: *'[...] fossem os incentivos aos jovens por via do IMT que, por sinal eram assuntos da competência da Assembleia[...]*' deveria ter sido: *[...] fossem os incentivos aos jovens por via do IMT e do IMI que, por sinal eram assuntos da competência da Assembleia[...]*.-----

Destas objecções ficam registados os reparos.-----

Não houve mais qualquer objecção ao conteúdo da acta pelo que se colocou esta à votação.-----

Contabilizados os votos verificou-se a sua aprovação, por maioria, com as abstenções dos membros Graça Mira, Francisco Freitas e António Silvestre.-----

Leitura do expediente: Nos termos do estatuído na alínea n) do n.º 1 do artigo 46º-A da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, em conjugação com a alínea b) do n.º2 do artigo 18º do Regimento da Assembleia Municipal de Monchique, o Presidente da Mesa deu conhecimento aos membros da correspondência dirigida, quer à Assembleia quer ao seu Presidente: circular, da Interface, sem referência e sem data, registada com o n.º 110, dando conhecimento da realização de 'Encontros Autárquicos'; ofício da Associação Nacional de Municípios Portugueses, com a referência 107, de 26 de Setembro de 2007, registado com o n.º 111, com o boletim ANMP n.º 161, referente a Setembro 2007; Fax da Deco Proteste, com a referência 48, de 1 de Outubro de 2007, registado com o n.º 112, relembrando a data limite para resposta ao questionário sobre incentivos à fixação no interior; ofício da Comissão Permanente de Saúde e Solidariedade da Assembleia Municipal de Portimão, sem referência, de 3 de Outubro de 2007, registado com o n.º 113, com moção aprovada naquela comissão relativa à prestação de cuidados de saúde no CHBA; Fax da Deco Proteste, com a referência 48, de 16 de Outubro de 2007, registado com o n.º 114, relembrando a data limite para resposta ao questionário sobre incentivos à fixação no interior; ofício da Associação Nacional de Municípios Portugueses, com a referência 120, de 23 de Outubro de 2007, registado com o n.º 115, com o parecer da ANMP sobre a proposta de lei do Orçamento de Estado para 2008; ofício da Associação Nacional de Municípios Portugueses, com a referência 118, de 30 de Outubro de 2007, registado com o n.º 116, com o boletim ANMP n.º 162 referente a Outubro de 2007; e-mail da AMAL, sem referência, de 8 de Novembro de 2007, registado com o n.º 117, informando sobre programa de visita a Bruxelas; ofício da Associação Nacional de Municípios Portugueses, com a referência 127, de 30 de Novembro de 2007, registado com o n.º 120, com o boletim ANMP n.º 163 referente a Novembro de 2007; carta de Henrique Jorge Vicente Maio, sem referência, de 14 de Dezembro de 2007, registada com o n.º 120, com a renúncia ao mandato de membro da Assembleia Municipal de Monchique; ofício da Câmara Municipal de Monchique, com a referência 4699, de 14 de Dezembro de 2007, registado com o n.º 121, com cópias de actas de reuniões do órgão executivo; ofício

da Câmara Municipal de Monchique, com a referência 4815, de 20 de Dezembro de 2007, registado com o n.º 122, com a informação escrita do Presidente da Câmara a ser presente à sessão da Assembleia Municipal; diversos convites para eventos e cartões de boas-festas.-----

Justificação de faltas: carta de Luís Filipe da Silva Bebiano, Presidente da Junta de Freguesia de Alferce, com a referência 531, de 20 de Dezembro de 2007, registada com o n.º 108, com justificação para a sua falta à presente sessão e delegando as suas competências em Nuno Miguel Branco Guerreiro, nos termos da alínea c) do n.º 1 e n.º 2 do artigo 38º da lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5 A/2002 de 11 de Janeiro; fax, sem referência, de 26 de Dezembro de 2007, de António Manuel Rodrigues Venda, registado com o n.º 105, com justificação para a falta à presente sessão;-----

A Mesa, nos termos das competências que lhe são cometidas pela alínea j) do n.º1 do artigo 46º-A da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, considerou justificadas as faltas daqueles membros da Assembleia e tomou conhecimento da delegação de competências apresentada.-----

Atingido o período limite para o registo de assiduidade, é o seguinte o quadro de presenças à presente sessão.-----

-----**Presenças:**-----

Força política	Nome
PS	Fernando Reis Luís
PSD	Fernando António Andrez Várzea
PS	José Manuel da Silva Furtado
PSD	Rui Miguel da Silva André
PS	Maria da Graça Moreira da Silva Mira
PS	Carlos Bruno Correia de Almeida
PS	Mário Manuel Papuchinha David
PSD	Francisco José Martins Freitas
PS	António José da Conceição P.R. Páscoa
PSD	Paulo Alexandre Duarte Rosa
PS	António Silvestre da Silva Nunes
PSD	Luís Filipe de Carvalho Grade
PS	José Alves Francisco
PS	Arsénio Manuel Marques Veiga Medronho

PS - Pres. Junta de Freguesia de Alferce	Nuno Miguel Branco Guerreiro (em representação do Presidente)
PSD - Pres. Junta de Freguesia de Marmeleite	Paulo Jorge Martins Teodoro
PS - Pres. Junta de Freguesia de Monchique	Maria da Graça Cerro Batalim da Mota

Faltas:-----

Força política	Nome	documento justificativo
PSD	António Manuel Rodrigues Venda	Apresentou
PS	Henrique Jorge Vicente Maio	Não apresentou

Seguidamente procedeu-se à tomada de posse como membro de José Alves Francisco, como membro efectivo do órgão deliberativo, em substituição de Henrique Jorge Vicente Maio que apresentara a sua renúncia ao mandato para que fora eleito pelas listas do PS (cf. carta de Henrique Jorge Vicente Maio, sem referência, de 14 de Dezembro de 2007, registada com o n.º 120, com a comunicação da sua renúncia ao mandato de membro da Assembleia Municipal de Monchique sem referência, de 22 de Maio de 2007,).-----

Assim procedeu-se à tomada de posse daquele membro, tendo este sido juramentado, em consonância com o estipulado no n.º 1 do artº 79º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro.-----

Seguidamente deu-se entrada ao **Período de Antes da Ordem do Dia**.-----

Falou o membro Francisco Freitas, do PSD, fazendo a entrega à mesa de três requerimentos escritos, subscritos pela bancada do PSD subordinados aos temas: 'Inventariação dos edifícios públicos com amianto', 'Remoção do amianto' e 'Vigilância epidemiológica nos locais de trabalho'. Os documentos correspondentes passam a constituir respectivamente os anexos n.ºs 19/2007, 20/2007 e 21/2007 às actas.-----

Uma vez que os requerimentos em apreço eram dirigidos ao Presidente da Câmara, o Presidente da Assembleia Municipal informou que estes seriam encaminhados ao destinatário em tempo útil.-----

Não havendo mais inscrições para uso da palavra relativos a este ponto e não havendo mais nada a tratar deu-se o mesmo por encerrado e deu-se entrada ao **Período da Ordem do Dia**.-----

Ponto um: Apreciação de uma informação escrita do Presidente da Câmara acerca da actividade do município bem como da situação financeira do mesmo;-----

Após a introdução deste ponto, cujo documento passa a constituir o anexo n.º 22/2007 às actas o Presidente da Assembleia Municipal inquiriu o Presidente da Câmara se este pretendia complementar a informação escrita o que este declinou.-----

Assim o Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra aos membros que quisessem usar da palavra.-----

Falou o membro Carlos Almeida, do PS, tendo colocado duas questões ao Presidente da Câmara relativas às opções do Plano de Actividades e à proposta de Orçamento. Perguntou se a proposta do PS apresentada para estes dois documentos de gestão fora aprovada na Câmara e se, não o tendo sido, tinha havido quaisquer propostas alternativas. Solicitava ainda que o Presidente da Câmara esclarecesse isto com brevidade por forma a poder encadear mais questões relativas ao tema.-----

Falou o membro António Silvestre, do PS, tendo solicitado ao Presidente da Câmara que, relativamente a um artigo publicado no diário 'Correio da Manhã' onde se afirmava que a autarquia pagava um serviço aos Bombeiros Voluntários de Monchique, que não era executado, esclarecesse as atribuições da Câmara relativamente aos BVM e os protocolos que mantinha com o Grupo Interno de Primeira Intervenção (GIPI) e informasse as condições de pagamento dos serviços e se havia a possibilidade de estar a pagar-se um serviço que não era prestado.-----

Falou o membro Graça Mira, do PS, reportando-se também a um artigo publicado no mesmo periódico, que referia a eventual perda de mandato do Presidente da Câmara de Monchique, através de uma acção intentada no Tribunal Administrativo de Loulé, da qual tivera inclusivamente conhecimento anteriormente à sua publicação, para questioná-lo se esta acção estava relacionada com os inúmeros processos que o PSD já intentara junto de diversas entidades como a IGAT, a Polícia Judiciária, Procuradoria Geral da República, Provedor de Justiça. Comentou a este propósito que o PSD encontrara uma forma 'sui generis' de celebrar as bodas de prata de Carlos Tuta como Presidente da Câmara.-----

Respondeu o Presidente da Câmara às questões colocadas tendo-se dirigido em primeiro lugar ao membro Graça Mira começando por dizer que também se congratulava por tanto ela como o Presidente da Assembleia Municipal

serem membros do plenário há mais de vinte anos. Depois respondendo à questão disse que efectivamente fora intentada uma acção junto do Tribunal Administrativo de Loulé como sùmula de várias queixas apresentadas à IGAL, à PJ – algumas destas anónimas –, à Procuradoria Geral da República, ao Ministério Público, à Direcção-Geral de Finanças, de temáticas que remontavam a 2002, e portanto sem ter nada a ver com o mandato actual, agravado isto por a acção ser intentada por vereadores que não o eram à data dos alegados factos, mas essa circunstância irá ser tratada em sede própria. A acção decorria de acordo com a tramitação normal, tendo a sua pessoa sido citada para contestá-la, o que fez com a argumentação adequada, contudo não tencionava ir para a comunicação social queixar-se, e assim, utilizando uma expressão popular, disse que relativamente ao artigo do jornal, esse era o lado para que dormia melhor, por ter consciência tranquila. O artigo por seu lado continha imprecisões, como datas dos factos alegados e a menção ao Eng^o João Cravinho como ministro, que não o era à data, situações que até poderiam ter suscitado um pedido de correcção, mas entendera por bem não o fazer para não colaborar no aumento de vendas daquele jornal. Depois, em resposta ao membro António Silvestre, disse que o artigo publicado no ‘Correio da Manhã’ era subscrito pelo mesmo autor do anterior, o senhor Armando Alves, pessoa com relações privilegiadas em Monchique e que conduzia uma campanha contra o Presidente da Câmara de Monchique, que não o surpreendia. O artigo em causa insinuava que havia serviços pagos e não efectuados pelos BVM, mas o que sucedia é que estava a querer confundir-se o GIPI com os próprios BVM; a formação do GIPI, considerada pela Câmara como de relevância municipal, fora objecto de um contrato específico, independente dos outros contratos ou protocolos que a autarquia mantém com a associação, que prevê a remuneração apenas das tarefas executadas, e isto devido a ser um serviço sujeito a uma escala que, a título de exemplo, não foi preenchida em Dezembro e, por consequência, não paga. Não obstante, a informação do comandante ao jornalista foi uma e a publicada foi outra. Depois respondeu às questões colocadas pelo membro Carlos Almeida começando por dizer que, de acordo com o que a Lei da Tutela prevê, o Presidente e o Vice-Presidente, a exemplo dos anos anteriores e em consonância com a componente plurianual, elaboraram e submeteram à Câmara as propostas das Opções do Plano e Orçamento, pois aquela lei é clara quando diz que qualquer órgão autárquico pode ser dissolvido quando

não elabora o orçamento de modo a entrar em vigor no dia 1 de Janeiro, salvo a ocorrência de factos julgados justificativos. Todavia, ao contrário de outras ocasiões, desta vez as propostas foram chumbadas em sede de Câmara, pois apenas obtiveram voto favorável do Presidente e do Vice-Presidente, sem que tivesse havido, da parte dos outros vereadores, qualquer contra-proposta ou sugestão de correcção, exceptuando-se o vereador Carlos Henrique Alves que, segundo julgava saber, apresentara no dia de hoje algumas propostas de alteração no concernente às áreas social e de habitação. Significava isto que se houvesse consequências negativas certamente não o seriam para si ou para o Vice-Presidente que cumpriram a sua parte. De acordo com o legislado a reunião de Câmara onde se discute e aprova estes instrumentos de gestão pode ser convocada com dois dias de antecedência e foi o que sucedeu: as convocatórias seguiram por correio electrónico numa segunda feira; foram reiteradas em mão na terça feira e a reunião ocorreu na noite de quinta-feira da mesma semana. Mais uma vez o periódico Correio da Manhã informou que o Presidente da Câmara tinha cometido um erro gravíssimo, mas em tempo oportuno e em sede própria tal será devidamente esclarecido.-----

Falou o membro Carlos Almeida começando por comentar que também fazia parte da Assembleia há 20 anos sendo esta a primeira vez que vinha a uma sessão do órgão deliberativo para aprovar o Orçamento e o Plano e estes não existiam. Tendo em conta o que se passou no ano transacto por esta altura e com a mesma composição dos órgãos autárquicos estavam a ser aprovados estes documentos de gestão, isto constituía uma novidade pela negativa porquanto ficava por saber-se as consequências que este vazio poderia produzir. Assim questionava o Presidente da Câmara quais as implicações que a não aprovação destes documentos em tempo útil poderá acarretar nomeadamente no respeitante: a obras já começadas e previamente cabimentadas – de acordo com a lógica de plurianualidade que vinha sendo seguida -; quais as repercussões para o município relativamente às candidaturas ao QREN no futuro próximo; como serão assegurados os compromissos com as entidades públicas e privadas, parceiros da autarquia nos âmbitos de educação e desporto, saúde e acção social, ambiente e protecção civil, desenvolvimento e fomento económicos; como será a gestão do município em si ao longo do ano e que consequências poderá haver para funcionários e associados da autarquia uma vez que, de acordo com a lei, não serão contemplados com aumentos de ordenado e enfim, não havendo

orçamento como serão resolvidas as questões de alterações orçamentais em 2008.-----

Falou o membro Graça Batalim, do PS, Presidente da Junta de Freguesia de Monchique, tendo inquirido o Presidente da Câmara sobre que implicações a não aprovação dos documentos de gestão poderia ter no ano corrente para a Junta de Freguesia de Monchique.-----

Falou o membro Fernando Várzea, do PSD, começando por registar o facto de o Presidente da Câmara ter congratulado apenas dois membros do plenário pelo elevado número de anos de vivência política, como se os outros não contassem para ele, contudo a bancada do PSD apesar de ser minoritária era composta de gente com a mesma dignidade daquela e eleita pelo mesmo povo que compunha o eleitorado de Monchique, e, nessa conformidade, recusava aceitar a ideia subjacente às intervenções dos membros do PS que davam a entender que a democracia era um exclusivo dessa bancada. Disse também que era curioso o facto de ao fim de mais de vinte anos que também tinha como membro dos órgãos autárquicos, finalmente ver a bancada do PS que, aparentemente tinha feito bem o trabalho de casa, em franca actividade de intervenções numa sessão da assembleia, - situação nada usual, por estar habituada a ter maioria absoluta e a aprovar ou não conforme as directivas -, falando de processos, de artigos jornalísticos, de deliberações camarárias, interligando tudo isto, e no fundo, dando a subentender que os outros é que eram responsáveis, contudo não foram os vereadores do PSD que originaram a crise política no partido da maioria, e sim um dos elementos eleitos por este, que recusou a aprovação do Orçamento, mas esse era um problema de eventual ajuste de contas interno do PS que este partido tinha de resolver e pelo qual não se interessava. Depois disse que desconhecia se houve ou não contributos para resolver a situação, porque a convocatória que recebera mencionava três pontos na Ordem de Trabalhos mas afinal só se estava a tratar de um.-----

O Presidente da Assembleia Municipal atalhou a intervenção do membro dizendo que a alteração à convocatória fora também enviada junto à documentação.-----

Prosseguiu o membro Fernando Várzea dizendo que perguntara aos seus colegas de bancada e todos o tinham informado não terem recebido tal alteração. Disse depois que a sua intervenção era um juízo de valor, de sua lavra, que o facto de ser membro eleito da Assembleia e de ter opinião própria conferiam o direito de proferir, bem como de perguntar, de levantar

dúvidas e de propor alternativas, pouco se importando com a opinião dos outros sobre isso. Disse ainda que o povo não tinha feito a comemoração das bodas de prata do Presidente da Câmara e então a bancada do PS é que se encarregava de fazê-lo. Falou ainda sobre o Orçamento e Plano comentando que a democracia não se esgotava no facto de os documentos não terem sido aprovados, como se dava a entender, porque as leis teriam forçosamente de prever essas eventualidades tal como teriam de prever a eventualidade de aqueles serem chumbados. O que não era correcto era arranjar-se argumentação de que iriam ser assacadas responsabilidades disto a alguém ou que os funcionários não irão receber ordenados ou de que as obras vão parar. Quanto a artigos de jornal não os comentava porque na sua opinião quem mais os alimenta é quem detém o poder e não os outros.-----

Terminada esta intervenção Presidente da Assembleia Municipal pediu ao membro Fernando Várzea para dar uma vista de olhos à documentação recebida, o que o membro fez, tendo em seguida pedido escusas ao Presidente da Assembleia Municipal por não se ter apercebido anteriormente da presença do officio com a alteração à convocatória. Sugeriu contudo que o Presidente diligenciasse no sentido de, a partir de agora, a documentação passar a ser apenas entregue em mão aos próprios e não a interpostas pessoas.-----

O Presidente da Assembleia Municipal aceitou o pedido de desculpas apresentado após o que explanou ao plenário que a convocação da sessão extraordinária que ocorre não forçosamente mas vulgarmente em Dezembro de cada ano destina-se exclusivamente à aprovação do Plano e Orçamento. A presente sessão fora convocada anteriormente à deliberação do executivo que chumbou os documentos de gestão, com os três pontos na Ordem de Trabalhos, estando estes sujeitos a ser removidos se sucedesse o que se veio a verificar e foi exactamente isso que aconteceu. De outra forma se a sessão fosse convocada para Janeiro corria-se o risco de não cumprir os prazos estipulados para dar cumprimento à lei e de haver críticas exactamente por isso.-----

Falou o membro José Manuel Furtado dizendo que a bancada do PS estava preocupada, como o membro Fernando Várzea dizia, por causa do orçamento mas não era só por isso. Era também pela avalanche de queixas que tinham sido feitas a diversas instâncias fiscalizadoras ou judiciais, - alguns até já arquivados -, e pelos entraves em prejuízo da população que estas acarretavam, mais do que propriamente pelas implicações jurídicas ou

de penalização que pudessem originar. Concordava com o membro Fernando Várzea que era dever da oposição sê-lo construtivamente com propostas e sugestões mas também de forma responsável. Comparando com a linguagem do universo futebolístico diria que estava a tentar-se ganhar na secretaria o que não se conseguia ganhar no campo, com a agravante de já serem muitas secretarias. Já era tempo de todos começarem a olhar para as reais necessidades da população de Monchique.-----

O membro Rui André, fez chegar à Mesa uma comunicação escrita dizendo que necessitava ausentar-se da sessão a partir desta altura por motivos inadiáveis. Assim sendo 22h30 o referido membro ausentou-se da sessão deixando de participar nos trabalhos.-----

Falou o membro Carlos Almeida comentando a intervenção do membro Fernando Várzea, dizendo-lhe que estava no seu direito de emitir juízos de valor sobre a outra bancada porque a democracia lhe permitia isso e era coisa que não afectava nada a sua pessoa embora achasse curioso o PSD estar a manifestar tanta preocupação com o PS, e só pelo facto de terem sido colocadas questões importantes que são fonte de preocupação e necessitam de resposta no local onde têm de ser feitas e respondidas que é a Assembleia Municipal. No entanto o PSD só critica pela negativa e nunca propôs alternativas ao que critica e vota contra, - e que afinal são os documentos de gestão que o eleitorado de Monchique tem ratificado ao reconduzir no poder quem os propõe -, preferindo antes, como se tem visto de sessões anteriores, fazer uso de expressões do género *'mete a mão ao bolso dos munícipes'* ou *'o PS não está atento aos munícipes'* ou mesmo *'os seus correligionários e amigos'*, e eis o exemplo, disse, de que por vezes perdem boas oportunidades de se manterem calados.-----

Falou o Presidente da Câmara começando por dizer que não dava notícias jornalísticas porque não era amigo do senhor Armando Alves. Era sintomático, por sua vez, o facto de os artigos publicados no Correio da Manhã não suscitarem reacções a mais nenhum órgão de informação, fosse o Barlavento, fosse o Público, fosse o Jornal do Algarve, exceptuando apenas a Rádio Fóia, cuja Direcção já fora todavia alertada para ter em atenção o que se passava com um dos locutores. Disse ainda que não levantara a questão das comemorações das suas bodas de prata como presidente de câmara mas provavelmente iria comemorar os 27 anos com uma reeleição, devidamente enquadrada na nova modalidade eleitoral, se o povo e o Partido Socialista quisessem. Depois, dirigindo-se aos presidentes de junta

de freguesia de Marmeleite e Monchique, disse que a não aprovação do Plano e do Orçamento, implicaria a não satisfação do reforço de verbas solicitado no âmbito dos novos contratos programa a celebrar com aquelas freguesias. Em Janeiro entraria em vigor o Orçamento de 2007 (n-1), com as três alterações orçamentais que ocorreram, de acordo com o consignado na lei, e isto significa haver as mesmas dotações e por consequência haver verbas em excesso em diversas rubricas como o Centro Escolar de São Roque, Renovação Urbana da Rua Serpa Pinto, da Rua Eng.º Duarte Pacheco e Estrada Velha, e verbas em falta noutras como Ampliação do Cemitério e Sala de Abate. Em resposta às questões do membro Carlos Almeida disse que um dos problemas que a não aprovação dos documentos comportava era no que respeita a candidaturas ao Quadro de Referência Estratégica Nacional (QREN), pois estas obrigam a orçamentação da dotação total. Quanto às obras que já se encontravam em execução, estas tinham dotação e não paravam por isso. O orçamento de 2007 não previa quaisquer aumentos para os agentes da Administração Local mas na proposta apresentada à Câmara previra-se um aumento de 2,5% com as despesas de pessoal, assumindo até uma generosidade que se esperava até maior que a do Governo. Compromissos com parceiros, designadamente no âmbito da Protecção Civil e Bombeiros poderiam ser problemáticos porquanto não estavam contemplados no orçamento de 2007 e bem assim os compromissos na área da Educação e Desporto. Contudo, esperava que dentro de um mês, já se estivesse neste plenário a discutir a aprovação dos documentos de gestão, na sequência dos contributos que estavam a ser prestados tendentes à sua reformulação. E conquanto isto incomodasse o PSD, tal como incomodava o facto de a bancada do PS estar a ser interventiva nesta sessão, e conquanto soubesse de antemão que os membros do grupo do PSD iriam dizer que os documentos não serviam, o PS continuava a ser reeleito e sê-lo-ia mais uma vez. Disse ainda que brevemente deixaria de ficar sentado a dar respostas à IGAL ou a atender requerimentos para fornecer fotocópias de extractos bancários das contas do Presidente e do Vice-Presidente da Câmara ou da quilometragem do carro da presidência ou mesmo do mapa de férias destes, porque arranjará alguém para cumprir essa parte e passaria à acção na rua todos os dias em contacto com as pessoas. Terminou a sua intervenção referindo o periódico 'Público' para dizer que um artigo que este publicara garantia que o Tribunal de Monchique não iria encerrar e assim, quando terminassem os

processos no Tribunal Administrativo e Fiscal de Loulé talvez passasse a haver outro tipo de processos de sentido contrário, no de Monchique, que era até mais perto da Câmara Municipal.-----

Terminada esta intervenção não havendo mais assuntos a tratar e não havendo público inscrito para falar, o Presidente da Assembleia Municipal pôs a circular a folha de ponto dos membros dizendo ao plenário que, as presenças passariam a ser assinadas no final das sessões e não no início, como vinha sendo hábito, para salvaguardar eventuais ausências dos membros a meio das sessões, sem justificação, como sucedera na sessão anterior.-----

Seguidamente e antes de dar por encerrada a sessão endereçou aos membros e familiares os seus votos de Bom Ano Novo.-----

Não havendo mais nada a tratar deu-se por encerrada esta sessão da Assembleia Municipal pelas 22h50 do dia 28 de Dezembro de 2007, da qual se lavrou esta acta que depois de lida, discutida e aprovada será assinada pela Mesa e por um representante de cada força política com assento nesta Assembleia.-----